

## A AVALIAÇÃO DO PORTUGUÊS E DAS DEMAIS LÍNGUAS DE GUINÉ-BISSAU POR ESTUDANTES GUINEENSES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Cássio Florêncio Rubio<sup>58</sup>  
João Fernando Cá<sup>59</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho visa perceber a avaliação feita por estudantes guineenses do Ensino Secundário de variedades do português e das demais línguas de Guiné-Bissau, com o intuito de verificar os diferentes *status* dessas línguas em convívio no país. Como base teórica temos, principalmente, a Sociolinguística Quantitativa, com a consideração de autores como Labov (2008), Lucchesi (2008), Petter (2015) e Freitag (2016), dentre outros. O corpus utilizado na pesquisa compõe-se de inquéritos aplicados a 50 estudantes do Liceu Nacional Kwame Nkrumah, de Bissau, capital de Guiné-Bissau. Os resultados apontam tendência à maior valorização da língua portuguesa, principalmente a variedade de Portugal, em detrimento das demais línguas presentes no país.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; língua portuguesa; crioulo guineense; línguas africanas; avaliação linguística.

**ABSTRACT:** The present work aims to understand the evaluation made by secondary school students of varieties of Portuguese and other languages of Guinea-Bissau, in order to verify the different statuses of these languages living in Guinean territory. As a theoretical basis we have, mainly, Quantitative Sociolinguistics, with the consideration of authors such as Labov (2008), Lucchesi (2008), Petter (2015) and Freitag (2016), among others. The corpus used in the survey consists of questionnaires applied to 50 secondary school students from the Kwame Nkrumah

---

<sup>58</sup> Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/São José do Rio Preto-SP. Professor do Instituto de Linguagens e Literaturas e docente do Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

<sup>59</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Lavras - UFLA.

National High School in Bissau, capital of Guinea-Bissau. The results show a tendency towards greater appreciation of the Portuguese language, especially the variety of Portugal, to the detriment of the other languages present in this country.

**Keywords:** Guinea-Bissau; portuguese language; guinean creole; african languages; linguistic evaluation.

## 1. INTRODUÇÃO

A avaliação linguística é um tema ainda pouco discutido na sociedade guineense, entretanto o conhecimento dos diferentes *status* que as línguas podem assumir naquela sociedade pode propiciar uma nova visão a respeito dessas diferentes formas de comunicação presentes no país, o que contribuiria para a redução do preconceito linguístico, presente em virtude da política linguística e das relações de poder evidenciadas naquele território.<sup>60</sup>

A hipótese, com base no contexto social e histórico guineense, é de que o português goza de mais prestígio do que as outras línguas faladas no país, inclusive o guineense (conhecido como “crioulo da Guiné-Bissau”, língua falada pela maior parte da população guineense). Esse fato poderia ser motivado pelo processo de colonização e pela política linguística adota pelo governo, que mantém o português como língua oficial, empregada em repartições públicas e privadas, e na educação, desde as séries iniciais até o ensino superior. As línguas étnicas, em contrapartida, por serem línguas de comunicação restrita apenas aos diferentes grupos étnicos, poderiam, em uma escala hierárquica, ocupar o outro polo, apresentando-se como desprestigiadas e de pouca relevância.

A avaliação de variedades do português pode revelar também se há maior valor à determinadas variedades, como a de Portugal e do Brasil, por exemplo, em detrimento das outras variedades da língua, incluindo-se o português guineense.

A proposta, com base nessa discussão, é investigarmos a maneira como os falantes e estudantes do Ensino Secundário avaliam as línguas

---

<sup>60</sup> Segundo Savedra e Lagares (2012), com base em Calvet (2002), a política linguística é um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão.

que eles mesmo falam e as diferentes variedades do português faladas em diversas partes do mundo, principalmente as variedades do português de Portugal, do Brasil e da Guiné-Bissau, propiciando o estabelecimento de uma escala linguística hierárquica.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. O enfoque social das línguas e variedades linguísticas

De acordo com Labov (2008), a língua é um fato social e um instrumento de interação social entre os seres humanos, que são capazes de moldar e adequar de acordo com suas necessidades. Scantamburlo (1999, p. 22) acrescenta que “a língua é o meio de comunicação e de expressão da vida de cada dia, quer dizer da cultura da comunidade. Por isso ela cria e adapta-se às várias realidades sociais”.

Nessa mesma linha de pensamento, Bagno (2003, p. 188) defende que:

a língua que uma pessoa fala, a língua que ela aprendeu com sua família e com sua comunidade, a língua que ela usa para falar consigo mesmo, para pensar, para expressar seus sentimentos, suas crenças e emoções, faz parte da identidade dessa pessoa, é como se a língua fosse a pessoa mesma.

Para Silva (2010) a língua é a marca identitária de um povo e, quando se menciona o termo “identidade étnica”, necessariamente se está englobando a língua desse povo. A perda ou a mudança linguística seria, dessa forma, um marco também da perda ou da mudança de identidade, como se observa a seguir:

Por meio da língua, as sociedades humanas elaboram grande parte do conhecimento que detêm acerca do mundo. Por esta razão, quando se fala em perda linguística, inevitavelmente, fala-se também em perda de uma parte substancial da identidade étnica, uma vez que a língua é o principal instrumento por meio do qual se veiculam pensamentos, crenças, visão de mundo, conhecimentos tradicionais de um povo, dentre outros aspectos (SILVA, 2010, p. 241).

No tocante à mudança, Petter (2015, p.213) afirma que “as línguas mudam porque as sociedades onde elas são faladas também mudam, porque estão inseridas na história e por ela são afetadas”. A mudança, enquanto um processo de alteração, significa aceitar que as línguas variam num único período do tempo, ou seja, em um mesmo momento da história.

Labov (2008, p. 57) acrescenta que “grupos diferentes têm de responder a desafios diferentes a seu *status*”. De acordo com Wardhaugh (1992 apud ARAGÃO, 2010, p.36-37), “os dialetos sociais, originados entre os grupos sociais, dependem de uma série de fatores, sendo os principais deles aparentemente pertencentes à classe social, à religião e à etnicidade”. Dessa forma, a complexa rede de relações pelas quais passam os indivíduos em diferentes contextos sociais, culturais e históricos irão influenciar diretamente na “evolução” das línguas, principalmente por permitir o contato e convívio entre as línguas.

## 2.2. O contato entre línguas

De acordo com Lucchesi (2008), o contato linguístico é uma prática que sempre ocorreu na história das línguas humanas e é resultante da convivência e do estabelecimento das relações comerciais de troca, ou relações de domínio político, militar, de cultura ou de ideologia entre os povos que possuem línguas diferentes.

Para Petter (2015, p. 208):

são vários os motivos que levam ao contato entre línguas, dentre eles, os mais frequentes são: problemas políticos, migrações de falantes que buscam ambientes mais sustentáveis economicamente ou necessidades de ampliar as oportunidades.

Quando tratamos de contato linguístico, é comum imaginarmos um processo que se inicia com a chegada dos europeus a outros continentes, como a América, a África e a Ásia, entretanto esse pensamento não condiz com a essência desse processo, pois, muito antes dessa chegada dos europeus nesses locais, já se podia verificar a ocorrência do contato linguístico, já que essas regiões abrigavam povos de diferentes etnias. A esse respeito, Braga et al. (2011, p.222) apontam inúmeras situações de contato entre diferentes povos ocorrendo em período

anterior ao da colonização, com línguas das mais variadas filiações genéticas. Essas situações podem ser comprovadas ainda nos dias atuais, como aponta Petter:

O léxico tem sido apontado como a prova mais evidente do contato de línguas, pois ele revela a história da língua e registra, portanto, os possíveis contatos linguísticos e culturais de seus falantes (PETTER, 2015, p. 242).

Concernente ao contato da língua portuguesa com outras línguas, Fiorin e Petter (2014) destacam que, vários séculos após a chegada dos portugueses ao continente africano, são atestadas mais de 700 palavras de origem africana em Angola, como sendo emprestadas ao português, palavras originárias, principalmente, do quicongo e quimbundo. Apontam também os autores que esses empréstimos não foram feitos pelos falantes nativos das línguas africanas, e sim pelos falantes não nativos dessas línguas, principalmente os portugueses.

O processo de contato entre o português e as outras línguas é também bastante evidente no português falado no Brasil, visto que este sofreu a incorporação de contribuições de inúmeras línguas africanas e indígenas brasileiras, conforme apontamento de Lucchesi (2008):

até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa. Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava. Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial brasileiro, Pernambuco e Bahia, a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulistadas do português (LUCCHESI 2008, p. 153).

Segundo Castro (2001), há mais de 3.500 palavras de origem africana no português do Brasil, com vocábulos relacionados, principalmente, ao campo religioso. As demais estariam relacionadas à culinária, música, dança etc.

Petter (2015) aponta que a estrutura silábica com sílabas mais abertas, muito comum no português brasileiro, teria sido originada também do empréstimo da fonologia de línguas bantas, e pode ser também identificada no português de Moçambique e de Angola. Da mesma forma, segundo a pesquisadora, é possível se comprovar a semelhança entre a estrutura morfossintática do português do Brasil e da língua quimbundo falada em Angola. A comprovação desses empréstimos feitos pelas línguas africanas ao português do Brasil e Portugal e, até às variedades de português faladas na África, evidencia um processo de contrapartida, embora poucos trabalhos tratem dessa questão, devido, principalmente, a escassez de estudos linguísticos em África e, sobretudo, pesquisas sobre as línguas africanas.

O contato e convívio entre línguas tem também um papel promissor na formação dos pidgins e crioulos. Lucchesi (2016, p.73) aponta que as línguas pidgins e crioulas, que se originam do contato linguístico de falantes adultos de línguas diferentes, normalmente, têm um vocabulário que provém, em seu maior número, da língua do grupo dominante no contexto de contato e uma gramática proveniente das línguas do grupo dominado. Para o autor, as línguas pidgins e crioulas têm origem a partir de uma necessidade de comunicação emergencial e passa a ser utilizada pelos falantes no estabelecimento do contato entre pessoas de etnias diferentes, nos primeiros momentos, o que apontará também um léxico reduzido, empregado na formação de sentenças menos complexas de elementos gramaticais, levando, assim, o chamado “pré-pidgin” a apresentar funcionamento pragmático, que depende de forma mais direta do contexto comunicativo. Com o passar do tempo, o povo dominante passa também a empregar esse mesmo código comunicativo e há uma ampliação do pré-pidgin, que se desvencilha das formas do primeiro momento, apresentando, posteriormente, um pidgin estável ou expandido.

Como aponta Lucchesi (2016, p.74), “a criouliização ocorre quando a variedade que se forma na situação de contato se torna a língua materna das crianças da comunidade”. Esse processo se verifica quando acontece uma espécie de empréstimo linguístico de palavras da língua tida como dominante e, em seguida, o emprego de estruturas morfossintáticas das línguas tidas como dominadas.

Como vimos, as relações sociais das mais variadas naturezas entre diferentes povos e também entre os indivíduos de determinada comunidade é que irão contribuir para a formação de novas línguas e o convívio entre diferentes línguas em uma sociedade, por isso passamos a

tratar, na sequência, do contexto que proporcionou a formação de um “crioulo” e a origem do multilinguismo na Guiné-Bissau.

### 2.3. A chegada do português à Guiné-Bissau e a origem do (crioulo) guineense

Em Guiné-Bissau, a língua portuguesa se fez presente a partir do século XV, com a chegada dos primeiros navios lusitanos em solo guineense, com o intuito de estabelecer atividades comerciais e reciprocidades de relações em muitas áreas (religiosas, culturais e etc.). Para estabelecer o contato de forma eficiente com alguns povos locais, havia a necessidade de existir uma língua de comunicação em comum que permitiria a eficiência nos objetivos recíprocos, surgindo, assim, o guineense (SCANTAMBURLO, 1999; BULL, 1989).

Ao falar do “crioulo guineense”, convém tratar da origem do termo “crioulo”. Segundo Scantamburlo (1999, p.19), a palavra *crioulo* tem a sua origem no século XVI, e foi utilizada, pela primeira vez, em espanhol, no ano de 1590, constando no dicionário francês a partir de 1680. O termo era utilizado para nomear pessoas, plantas e os animais e, mais tarde, passou a designar os indivíduos que não eram autóctones, ou seja, nascidos nas colônias africanas. Segundo Bull (1989, p.41), num primeiro momento, a palavra era empregada no sentido de servidor, do escravizado nascido na casa do seu dono, depois passou a designar os filhos dos pretos nascidos na Índia e na América, com o objetivo de os diferenciar dos africanos.

Nos estudos linguísticos, como aponta Bull (1989, p.44):

a palavra designa um sistema linguístico autónomo de origem mista, proveniente do contacto de uma língua europeia com línguas indígenas ou importadas, que se tornou língua materna e língua principal de uma comunidade.

Neste trabalho, nas menções seguintes, optaremos por empregar o termo “guineense”, para tratar da língua originada do contato entre portugueses e o povo guineense, ao invés de “crioulo guineense” ou simplesmente “crioulo”, como é corrente em grande parte dos estudos linguísticos e sociolinguísticos. O emprego do termo “crioulo”, como veremos na sequência (e como já aventado anteriormente), para

denominar a língua originada fora do território europeu, geralmente em situação de contato entre colonizador e colonizado, pode soar pejorativo e conserva, de certa forma, um reflexo do processo de colonização que reproduzimos, de forma inconsciente, por meio dos usos linguísticos do dia a dia.

Dewulf (2014, p. 305), em texto de título bastante emblemático (“E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística”), aponta que “a história de uma língua é sempre o espelho da história política de uma região” e defende que todas as línguas, em sua origem, teriam experimentado um processo semelhante ao da “crioulização”, com povos de diferentes origens, falantes de diferentes línguas que, em situação de emergência, estabelecem a comunicação por meio de uma nova língua, incomum a esses indivíduos. O autor põe em xeque o fato de determinadas línguas serem denominadas de “crioulas” e outras não, ainda que um processo semelhante tenha ocorrido na origem de todas elas.

Para Degraff (2001 apud DEWULF, 2014, p. 306), há certeza de que essa diferença, na verdade, não se faz embasada em critérios científicos, e sim pautada no poder e influência de seus falantes, como vemos a seguir:

se nós distinguimos entre uma língua crioula e não-crioula, baseamo-nos, em primeiro lugar, em condições sócio-históricas; os critérios linguísticos, por sua vez, só aparecem em segundo plano, devidamente adaptados à situação (DEGRAFF, 2001 apud DEWULF, 2014, p. 306).

Para Dewulf (2014), com base na ótica da linguística tradicional, seria certo também afirmar que todas as línguas, a começar por português, espanhol, inglês, francês etc., poderiam ser consideradas crioulas, visto que todas são provenientes de um processo de contato entre línguas há séculos.

Considerando a afirmativa de Dewulf (2014), apontar, por exemplo, que as pessoas que falam o cabo-verdiano, o guineense e o santomense simplesmente são falantes de “crioulo” poderia ser comparado a afirmar que as pessoas que falam línguas como o português, o espanhol e o francês são também falantes de “crioulo” (neste caso, de base latina e, especificamente no caso do português, de base latina e árabe).

Independentemente da confirmação da tese de Dewulf (2014), é incontestado o fato de que a língua presente em território guineense muito se difere das línguas de base portuguesa originadas em outros países africanos, o que justifica plenamente o emprego do termo “guineense” em lugar de “crioulo”.

Por razões diferentes das apresentadas até então, Scantamburlo (1999) também faz a opção pela denominação de “guineense” à língua de base portuguesa originada em Guiné-Bissau. A exaustiva descrição produzida pelo pesquisador comprova que a língua de Guiné-Bissau é diferente das línguas de base lexical portuguesa originadas em outros países africanos e. Além disso, fica evidente que não ocorre intercompreensão entre os falantes dessas diferentes línguas, assim o rótulo de “crioulo” seria genérico e insuficiente para nomear uma realidade extremamente heterogênea.

Scantamburlo (1999, p. 25) aponta que o guineense surgiu quando novos grupos sociais foram constituídos no território guineense, pela classe dominante europeia, compostos por pessoas como comerciantes, administradores, soldados e missionários, luso-africanos e lançados, cuja primeira língua era o português; e pela classe mais numerosa e dominada, composta pelos nativos tais como tangomãs, ou esposas africanas dos europeus, com seus muitos “filhos da terra”, denominados afro-portugueses, os assimilados, os grumetes e outros provenientes das tabancas do mato, tendo línguas maternas chamadas de “substratum”, que pertenciam às línguas africanas do território, de subfamílias como a Oeste-Africana e Mande, e segunda o pidgin ou crioulo português.<sup>61</sup>

Nesse primeiro momento, esses novos grupos se comunicavam em pidgin, usando frases desconexas, ou seja, a comunicação se passava mais por meio de palavras sem construção mais complexa e, provavelmente, eram acompanhadas de gestos para facilitar a compreensão. Como menciona Barbosa (1897-99, p.181 apud SCANTAMBURLO, 1999, p.29) “naquela idade em que ninguém aprende línguas, mas vocabulários a saber e a crioular a língua do ‘branco’”.

---

<sup>61</sup> Segundo Bull (1989, p. 69 apud INTUMBO, 2006, p. 2), os lançados seriam desertores ou aventureiros portugueses que só tinham uma opção para sobrevivência: a de exilar-se para o continente africano, fugindo das sanções régias. Grumetes seriam africanos que auxiliavam esses lançados em suas atividades.

Com o passar do tempo, esse pidgin ou “crioulo português” ganha mais espaço e passa do nível inicial à língua propriamente dita, como afirma Rougé (1986):

o sistema iria a pouco e pouco tornar-se mais complexo e (re)estruturar-se, alargar-se a outros domínios de aplicação, tudo isso tomando ainda uma maior amplitude quando as primeiras crianças foram educadas nessa língua. É esse processo de complexificação, de estruturação, de alargamento, que chamamos criouliização, pois o seu resultado é o surgimento dum crioulo, duma nova língua (ROUGÉ, 1986 apud SCANTAMBURLO, 1999, p. 27).

Segundo Petter (2015, p. 203), a padronização das línguas na África tem o seu início em período inicial da colonização, no momento em que os missionários começam a traduzir a Bíblia e produzir materiais didáticos para suas escolas. Nesse período, várias línguas foram gramatizadas, porém não padronizadas.

#### **2.4. A situação linguística e social atual de Guiné-Bissau**

Segundo Santos (1989 apud CÁ, 2015, p.24), no atual espaço geográfico da Guiné-Bissau, está presente uma população extremamente heterogênea, com vários grupos etnicamente distintos, organizações sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas muito diversas, apesar de se apresentar como um país de pequena extensão territorial. Do ponto de vista social, cultural e etnolinguístico, a Guiné-Bissau se constitui como um território que possui:

mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli, susso, cada um com a sua língua... Muitas características culturais são aparentemente comuns em certas etnias, (por exemplo, a forma de se vestir entre fulas, mandingas beafadas e sussos; as práticas de agricultura entre balantas, felupes e nalus; a forma de extração de vinho entre manjacos, mancanhas, balantas e pepeis; o jeito de pescar entre bijagos e pepeis), mas muitas outras características se diferem - a língua é

Como podemos constatar, a Guiné-Bissau possui um caldeirão de várias línguas e, dentre elas, o guineense é a mais falada. O português goza do estatuto de língua oficial e de ensino no país, embora seja falado por um pequeno contingente da população nas situações do dia a dia.

Scantamburlo (1999, p.55-56) aponta que, além do português e do guineense, são faladas 25 línguas étnicas no território, tendo como os dez grupos étnicos mais importantes em termo de número dos falantes os Balantas (com estimativa de cerca de 245 000 falantes); Fulas (estimada em 200000 falantes); Mandingas (estimada em 100000 falantes); Manjacos (estimada em 80000 falantes); Papeis/Pepeis (estimada em 72000 falantes); Beafadas/Bedjola (estimada em 20000 falantes); Bijagós/Bidjuga (estimada em 20000 falantes); Mancanhas/Brames (estimada em 19000 falantes); Felupes (estimada em 15000 falantes) e Nalús (estimada em 4000 falantes).

O uso linguístico em Guiné-Bissau baseia-se num modelo que Petter (2015, p. 199) denomina de “trifocal”, no qual três línguas são faladas numa mesma comunidade, possuindo cada qual um papel diferente das outras. Nesse modelo, o português, como já apontado, possui o *status* de língua oficial, usada nos documentos oficiais, relações diplomáticas internacionais, ensino básico e superior etc. Na segunda posição, vem o guineense, a língua mais usada na comunicação diária e que serve para os contatos interétnicos, sendo também a língua usada para poder tornar a todos inclusos no ambiente comunicativo. Na terceira posição, constam as línguas étnicas, de comunicação entre pessoas da mesma etnia, utilizadas em situações linguísticas mais específicas e determinadas, como no meio familiar ou nas aldeias.

No que tange a adoção do português em Guiné-Bissau como língua oficial, vale a pena ressaltar as palavras de Amílcar Cabral, considerado o “pai da nacionalidade guineense”, sobre a “vantagem” de ter o português como língua:

A língua portuguesa era o dom mais precioso que os portugueses tinham trazido para Guiné, sendo necessário conservar este dom para manter os contatos com as outras nações e com o universo das técnicas: e, para ele, o guineense não estava ainda bem estudado para ser

adoptado como língua escrita (SCANTAMBURLO, 1999, p. 63).

Cabral, com isso, tenta convencer o povo de Guiné-Bissau de que o guineense, na altura, não podia ter esse prestígio, pois havia a necessidade da relação com outros povos e, também, de inserção no mundo das ciências, e isso só seria possível com o emprego da língua portuguesa. Ou seja, para ele, o guineense, embora fosse uma língua de grande importância aos habitantes locais, não era/é uma língua de caráter internacional.

Após a contextualização social e linguística da Guiné-Bissau, necessária para conhecimento da comunidade linguística investigada, passamos a abordar, na sequência, questões relativas à abordagem dessa comunidade, no que concerne à avaliação linguística.

## 2.5. A avaliação linguística e social

A avaliação linguística se reporta à atitude subjetiva e consciente de quem usa uma língua, em relação às formas linguísticas em variação ou mudança (COELHO et al., 2015, p.91). O comportamento do falante se manifesta de duas formas diferentes, uma relacionada à avaliação linguística e outra à avaliação social. A avaliação linguística das formas variantes está relacionada à eficiência comunicativa na interação social, ou seja, à utilidade da função das formas. Já a avaliação social das formas variantes deve ser considerada com base no comportamento do grupo: os usuários das línguas integrantes de uma comunidade de fala atribuirão diferentes significados sociais às formas linguísticas.

Concernente à relação entre avaliação linguística e sociedade, Freire (2016, p. 45), afirma que:

a avaliação é uma prática recorrente em diferentes contextos da sociedade e recai sobre diversos e múltiplos comportamentos sociais. Sendo a língua um comportamento social, também não poderia ser diferente: está sujeita à avaliação de quem fala, de um lado, e de quem a escuta, do outro lado: revelando aspectos desse complexo processo no qual reações subjetivas evidenciam como uma variedade linguística é avaliada. Positiva ou negativamente.

Labov (2008, p.64), em seu estudo feito na cidade de Nova York, no que tange ao uso do /r/, mostra que é bastante complexo observar a distribuição social da língua sem que o padrão de organização social que ordena a vida da cidade seja considerado. E vai além, endossando as palavras de Barber (1957), que já apontara que “a estratificação social é o produto da diferenciação social e da avaliação social” (BARBER, 1957, apud LABOV, 2008, p.64). Para isso, qualquer avaliação linguística deve levar em conta os modos, culturas, estilo de vida e as diferenças que existem na sociedade onde é aplicada.

### 2.5.1 A avaliação linguística em território multilíngue

Petter (2015, p.196) defende que, no contexto linguístico africano, a escolha das línguas das antigas colônias como oficiais parece ser motivada pelo fato de elas não possuírem “laço” com determinado povo, sendo assim, poderiam servir de unidade nacional e de comunicação entre povos de diversas línguas e costumes em cada país, pois as línguas locais se vinculam sempre a uma determinada região, a serviço do grupo étnico ali predominante. Outro motivo, segundo a autora, seria que a maioria dessas línguas não dispunha de um sistema de escrita que poderia ser usado na administração e no ensino.

Petter (2015, p. 218) afirma ainda que:

Em ambientes plurilíngues, como na África, onde os indivíduos falam várias línguas, há uma tendência a desenvolver atitudes diferentes para cada uma das línguas utilizadas. No caso de o indivíduo utilizar três línguas – a materna, a veicular regional e a oficial -, a língua materna, normalmente, terá um valor simbólico, como a língua de sua identidade étnica e cultural. A língua veicular interétnica terá um considerável prestígio socioeconômico, enquanto a língua oficial desfrutará do mais elevado *status* e valorização socioeconômica. Quanto maior for o prestígio de uma língua mais positiva será a atitude de seu falante e, quanto menor for o prestígio da língua, mais negativa será sua atitude, pois a hierarquia econômica é em grande parte responsável pelas atitudes linguísticas dos falantes. [...] a atitude positiva em relação a língua oficial leva à rejeição, por grande parte dos pais, ao ensino em línguas africanas,

pois eles desejam que seus filhos sejam proficientes nas línguas que promovem a ascensão social, as línguas europeias.

O prestígio que se dá às línguas oficiais trazidas pelos antigos colonos proporciona uma avaliação polarizada dos falantes pertencentes aos territórios multilíngues, com um posicionamento de negação de línguas locais, principalmente aos que almejam uma ascensão social proporcionada pelo domínio das línguas oficiais. Porém, apesar desse forte desejo de emprego das línguas europeias, há estudos, como o de Zau (2015), que aponta o fraco domínio desses idiomas não locais pelos falantes em países da África, o que impulsionou, inclusive, vários escritores africanos a produzirem publicações bilíngues, com obras nas línguas oficial e local.<sup>62</sup>

A esse respeito, Scantamburlo (1999, p. 64) afirma que:

[...] o Português e o Guineense são, de facto, duas línguas com estatutos e funções diferentes e complementares, na sociedade da Guiné-Bissau: o Português é a língua internacional e oficial, o guineense é a língua veicular, materna e segunda, para a maioria da população. É preciso desenvolver cada uma segundo as suas funções específicas, sem forçar, por meio de políticas linguísticas de duvidosa eficácia, uma ou outra a cumprir funções alheias à sua natureza. Continua-se, no entanto, a afirmar que o guineense é “um português mal falado”, obrigando todos os alunos das escolas primárias a aprender a ler e a escrever em língua portuguesa, como se fosse a sua língua materna ou uma língua que já conhecessem ou falassem em meio fora das de aulas; esta posição é um mau serviço prestado a ambas as línguas. Até hoje esta política linguística tem alimentado uma situação difícil e sem saída para uma convivência pacífica entre o Português e o Guineense.

---

<sup>62</sup> Em Guiné-Bissau, algumas obras desse caráter já foram publicadas, das quais destacamos a obra “Entre o Ser e o Amar” de Odete Semedo, escrita em português e guineense, publicada em 1996. A obra está composta de poemas, dentre eles, um cujo tema é “Em que língua escrever?” “Na kal lingu ke n na skribi?”.

O falante, no entanto, analisa a língua de acordo com suas diferentes funções de uso e o que se vê em relação a essa atitude, é uma avaliação social, no que tange às formas diferentes de usar a língua, o que leva à tentativa de negar suas formas de uso da língua em prol das formas, talvez, da classe mais alta na hierarquia social. Para Petter (2015, p.218), “um elemento fundamental a ser considerado na manutenção do uso de uma língua é a atitude do falante, isto é, sua disposição positiva, negativa ou indiferente em relação às línguas que convivem no seu ambiente”.

Em pesquisa elaborada com o intuito de observar os tipos de avaliações que os brasileiros fazem sobre a língua que falam, Freitag et al. (2016, p.72); apontam as características apreendidas nas respostas à pergunta “Que características você acha que permitem reconhecer a forma de falar da sua região?”, para os inquiridos nordestinos do Sergipe e Rio Grande do Norte, e o resultados indicam que as variedades do nordeste vêm adjetivadas desta maneira: “nordestino”, “arrastado”, “cantado”, “forte”, “puxado”, “engraçado”, ou ainda, a fala é “exagerada” e “desleixada”, “crua” e com “simplicidade”, “marcada pelas gírias locais”, “da região”, “expressões populares”, “palavras peculiares”. Mediante essa avaliação, denota-se um posicionamento predominantemente negativo no que concerne à forma de falar do Nordeste, em comparação com formas das outras regiões do país.

Em seu estudo sobre a relação entre diferentes variedades, Silva (2011) confronta o português do Brasil e de Portugal, com base no corpus constituído de entrevistas realizadas por estudantes de um curso de graduação do interior de São Paulo, e constata afirmações como a que segue: “Considero falar português [...] mas a gente gira em falar brasileiro, uma sub língua” (SILVA, 2011, p.66). Isso evidencia, segundo a própria autora, um sentimento de inferioridade ou submissão a um modelo pré-estabelecido. |Para Silva (2011), essa atitude remete ao que Orlandi (2009) aponta a respeito da visão que se tem da variedade brasileira:

E, na ambiguidade da memória, em que ressoam ecos da colonização, inclusive professores deslizam para a representação de que a língua verdadeira, pura é a língua portuguesa de Portugal e o brasileiro é um português mal falado (ORLANDI, 2009, p.177, apud SILVA, 2011, p.77).

No que tange à tendência de os brasileiros avaliarem as suas variedades de forma negativa, Lucchesi (2008) afirma:

A subserviência linguística não é apenas reflexo de um lastimável estado de espírito de submissão cultural e ideológica da elite brasileira aos modelos da dominação das grandes potências imperialistas, desde o século XIX até os dias atuais. Revela, sobretudo, um absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura nacional e popular. A adoção de um padrão normativo estranho à realidade linguística do país integra um projeto elitista de poder e de exclusão social, no qual a grande maioria da população do país deve ficar fora dos centros de decisão política e da distribuição da riqueza nacional, até porque “nem sequer sabe falar o idioma pátrio”. O outro lado da moeda desse elitismo linguístico é o pesado estigma social que recai sobre as variantes linguísticas mais notáveis da fala popular brasileira (LUCCHESI, 2008, p. 158).

Esse reflexo de colonização que sempre reproduz uma suposta hegemonia da variedade do português de Portugal pode ser percebida também nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Petter (2007, p.9) evidencia que os trabalhos feitos em Angola e Moçambique, a respeito do português local, “seguem a metodologia de comparar a variedade sob análise ao português europeu: destacam-se as particularidades, os desvios, os ‘erros’, sempre considerando o PE como a forma padrão”.

É com base nessas constatações a respeito da avaliação das diferentes variedades de língua portuguesa e também a respeito das diferentes línguas em territórios multilíngues que desenvolvemos nossa pesquisa, conforme a metodologia que segue.

### 3. METODOLOGIA

O quadro de informantes considerados na pesquisa se compõe de 50 estudantes do Ensino Secundário (o correspondente ao Ensino Médio no Brasil), do Liceu Nacional Kwame Nkrumah, uma instituição pública de Bissau, capital de Guiné-Bissau. As idades dos entrevistados variam entre 16 e 39 anos, possuindo todos escolaridades semelhantes, ou seja, ensino secundário incompleto. O liceu atende público de classe social média e baixa, o que se comprova pelo fato de que os nossos

entrevistados, em sua maioria, serem filhos dos agricultores, vendedores e de funcionários da iniciativa privada e do setor público.<sup>63</sup>

Para a coleta de dados, construímos um questionário de informações e o dividimos em duas partes a saber: uma contendo o perfil linguístico, e outra contendo questões relacionadas à avaliação de variedades e línguas presentes em Guiné-Bissau. A parte do perfil linguístico procura extrair dos informantes as informações básicas como seus nomes, idades, sexos, etnias, locais de nascimento, cidades onde moram, níveis de escolaridade, línguas faladas pelos informantes e etc. A segunda parte, foco desta pesquisa, apresenta um total de doze questões, que visam extrair informações sobre a avaliação do falante em relação às variedades linguísticas e línguas presentes no país.<sup>64</sup>

Além disso, houve a proposta de uma gradação para a atribuição de notas, de zero a dez, para as variedades do português de Portugal, do Brasil e de Guiné-Bissau, com base nos critérios: “mais correto”; “mais bonito”; “mais preservado” e “mais importante”.

As questões que encerram o questionário versam sobre o “pertencimento da língua” portuguesa (A quem os entrevistados pensam pertencer a língua portuguesa?); e sobre o que significa o português para os inquiridos, apresentando-se como possíveis respostas itens de diferentes naturezas, relacionados à identidade, à colonização etc.

Os questionários foram reunidos e compilados, a fim de que se extraíssem as tendências gerais e os percentuais referentes a cada item, o que permitiu a apresentação da avaliação da comunidade a respeito do *status* das variedades de língua portuguesa e também das outras línguas presentes em Guiné-Bissau, como o guineense e as línguas étnicas.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos, a seguir, os resultados da avaliação dos estudantes secundaristas guineenses sobre a língua portuguesa e as demais línguas da Guiné-Bissau.

---

<sup>63</sup> Não foi possível haver equilíbrio entre os sexos masculino e feminino na amostra, havendo a participação de 16 mulheres e 34 homens.

<sup>64</sup> Ressaltamos a necessidade da adequação das questões para um público não iniciado aos estudos linguísticos (e sociolinguísticos), o que implica no emprego de linguagem simples, sem termos técnicos e, por vezes, com expressões empregadas na comunidade de fala.

A primeira questão proposta versa sobre a língua/variedade considerada pelo informante como a “melhor” a se falar em Guiné-Bissau, uma indagação que visa verificar se haveria uma hierarquia entre línguas e variedades presentes no país, como apontado por Petter (2015) e Calvet (2007), independentemente do grande predomínio do guineense e das línguas étnicas como línguas maternas.<sup>65</sup>

Os resultados apontam que 60%, ou seja, 30 dos 50 entrevistados, escolheram o português de Portugal como sendo a melhor “língua/variedade” para se falar em Guiné-Bissau. O guineense e as línguas étnicas constituem o segundo e terceiro lugares na escala hierárquica das línguas faladas no país, como se pode ver no gráfico.



**Gráfico 1:** A “melhor língua” para se falar em Guiné-Bissau, indicada pelos informantes

A análise desse primeiro gráfico aponta que o português de Portugal ocupa lugar de prestígio em Guiné-Bissau, superando, assim, as línguas mais utilizadas pelos informantes, como o guineense e as línguas étnicas. O português de Guiné-Bissau, apesar de ser a variedade

<sup>65</sup> Como já apontado, por se tratar de um público não iniciado aos estudos linguísticos, não houve, nesta questão, a distinção entre língua e variedade, haja vista o objetivo ser, neste primeiro momento, apenas o de propor uma visão hierárquica do contexto multilíngue guineense.

efetivamente presente no país, ocupou a quarta colocação no ranking (8%), ficando à frente apenas do português brasileiro (6%). A hipótese apresentada previamente por Petter (2015) de que a língua oficial normalmente é a língua de prestígio se confirma, pois houve realmente menção do português como a melhor língua a se falar, no entanto chama a atenção o fato de a variedade de Portugal, não presente no território (ou presente somente na fala dos não nativos), ser a preferida pela maioria dos informantes.

A segunda questão proposta versa sobre a língua/variedade que o informante avalia como “não interessante ou relevante” saber falar em Guiné-Bissau, uma pergunta que tem como intuito observar se há língua(s)/variedade(s) rejeitada(s) ou desprezada(s) pelos falantes guineenses.

Os resultados revelam que mais de 50% dos informantes afirmam que todas as línguas/variedades são importantes, 38% apontam que não é interessante ou relevante saber falar as línguas étnicas, 4% afirmam que não é interessante ou relevante saber falar o guineense e o português de Angola. Outras variedades do português, exceto a de Angola, não aparecem como as que não são relevantes falar, como se pode ver no gráfico a seguir:



**Gráfico 2:** A língua/variedade que não é relevante saber falar em Guiné-Bissau

O fato de a maioria dos informantes ter apontado que todas as línguas são importantes pode estar associado ao contexto linguístico do país que, como já destacado, é multilíngue, com um convívio entre diferentes línguas, nas diferentes situações sociais dos falantes. Como já mencionado anteriormente, é comum o falante se utilizar de língua étnica materna em seu seio familiar, do guineense em seu dia a dia e adquirir a língua portuguesa em fase escolar, empregando-a em situações mais formais e na comunicação com outras pessoas de países onde se fala o português.

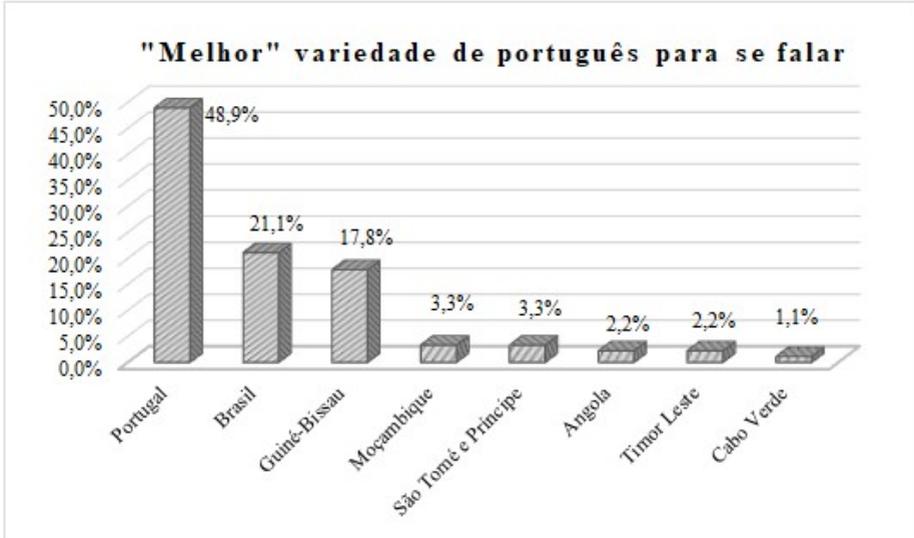
Não se deve, contudo, deixar de notar a significativa rejeição das línguas étnicas por parte expressiva dos informantes (38%), um fato que pode remeter à importância de uma língua como meio de acesso ao capital social, econômico e cultural, pois as línguas étnicas possuem um caráter comunicativo restrito às comunidades específicas, e não permitem uma comunicação nacional ou extranacional, que promoveria a ascensão social do falante, por isso, teriam pouco valor no “mercado linguístico” de Guiné-Bissau, o que poderia explicar essa atitude negativa dos falantes guineenses.<sup>66</sup> Essa rejeição das línguas africanas, por parte de seus falantes, com a busca ascensão social e cultural promovida pelas línguas oficiais pode ser confirmada também nos estudos de Petter (2015) e Ngunga e Bavo (2011). A mesma ideia de língua como forma de acesso poderia ser observada na escolha do guineense como língua não importante por 4% dos informantes, neste caso, porém, influenciados, principalmente, por uma avaliação econômica e social internacional, haja vista o guineense ter papel significativo apenas na sociedade guineense.

Além da hierarquização das línguas presentes em Guiné-Bissau, há também uma hierarquização das diversas variedades do português falado, com base nos diferentes espaços geográficos do mundo. Essa hierarquização é motivada pela influência que cada variedade tem em Guiné-Bissau. Segue o gráfico que busca ilustrar essa hierarquia, com seus

---

<sup>66</sup> Para Bourdieu (1996), as línguas têm valores diferentes dentro de uma sociedade ou comunidade linguística e o nível de inclusão ou exclusão dos indivíduos nesses meios irá depender de seus usos, do emprego das línguas e/ou variedades que possuem maior valor no que se denomina de “mercado linguístico”. Para o autor, essa questão está diretamente relacionada ao acesso ao chamado “capital simbólico”, que conjuga as três formas de capital: econômico, social e cultural.

resultados percentuais para cada variedade apontada pelos nossos informantes, o que confirma o que já se anunciava com base na análise dos primeiros resultados.<sup>67</sup>



**Gráfico 3:** A “melhor” variedade de português para se falar em Guiné-Bissau

Como se pode observar, os resultados apontam a variedade de Portugal na primeira posição, com 48,9%; a variedade do Brasil segue na segunda posição, com 21,1%; na terceira posição, segue a variedade da Guiné-Bissau, com 17,8%; as variedades de Moçambique e de São Tomé e Príncipe seguem na quarta posição, com 3,3%; as variedades de Angola

---

<sup>67</sup> O termo “variedade” (no singular), no contexto deste estudo, é empregado com o intuito de abarcar o conjunto de características que permite distinguir a língua portuguesa falada em determinado país da língua portuguesa falada em outro país. Trata-se de uma generalização que permite empregarmos, por exemplo, o rótulo “português brasileiro”, ou “português de Portugal”. Essa perspectiva, entretanto, não invalida o fato incontestável de existirem inúmeras variedades linguísticas da língua portuguesa em cada um dos países considerados.

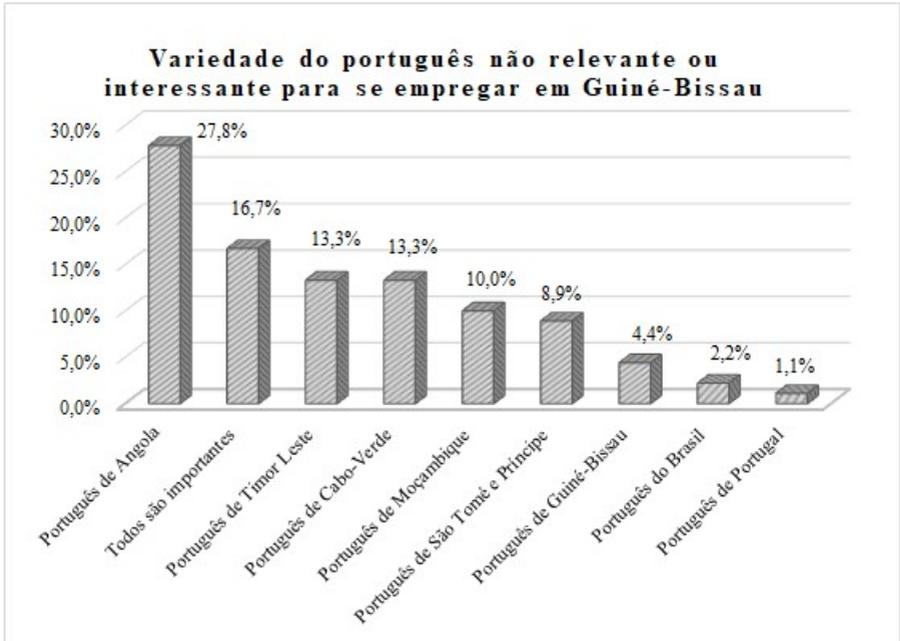
e Timor Leste seguem na quinta posição, com 2,2% e; na última posição, a variedade de Cabo-Verde, com 1,1%.

O português de Portugal confirma-se em primeira posição, por possuir grande prestígio na sociedade guineense, incentivado pelo processo de ensino, no qual até mesmo os professores apresentam atitude de imposição dessa variedade, como afirma Orlandi (2009, apud SILVA, 2011).

O fato de o português do Brasil ocupar a segunda posição pode ser explicado justamente pelo espaço que a variedade vem ganhado em Guiné-Bissau nos últimos anos, através das novelas, da literatura e também dos filmes dublados em português do Brasil (PETTER, 2007). Além disso, a ascensão comercial e econômica brasileira dos últimos tempos pode ser sentida em toda a Guiné-Bissau, o que também promove maior reconhecimento do país e, por consequência, de sua variedade linguística.

O apontamento da variedade do português guineense na terceira posição pode ser explicado pelo fato de se constituir na variedade efetivamente presente no país, ou seja, a variedade empregada pelos guineenses, entretanto uma questão um pouco mais complexa se verifica, haja vista o português ser adquirido, majoritariamente, em fase escolar e não se constituir em língua materna dos guineenses, conforme aponta Cá (2017), o que promove a difusão de alguns mitos, dentre os quais o de que não existe uma variedade de português guineense e o de que, em Guiné-Bissau, fala-se variedade semelhante a de Portugal. As outras variedades do português (de Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Timor Leste e Cabo-Verde) estão indicadas nas últimas posições por possuírem pouca influência no país, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social e cultural.

Os resultados obtidos em relação à possível rejeição de determinada variedade também apontam que os informantes consideram que as outras variedades do português, como de Angola, Timor Leste, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe (exceto a variedade de Portugal, do Brasil e da Guiné-Bissau, por possuírem uma porcentagem insignificante na escolha) não seriam interessantes ou relevantes de serem empregadas no país, principalmente a variedade de Angola. Uma boa parte dos informantes (16,7%) afirma que todas elas são interessantes aprender a falar, como se segue no gráfico.



**Gráfico 4:** A variedade que não seria interessante empregar em Guiné-Bissau

É possível notar, no gráfico, que houve um percentual significativo de informantes (16,7%) que consideram que todas as variedades são importantes para se falar em Guiné-Bissau. Entretanto, chama a atenção o fato de 27,7% dos informantes assinalarem que o português de Angola não seria interessante, o que revela um fato novo, a rejeição considerável dessa variedade, que ganha maior destaque entre as demais. Seria mais plausível que a variedade de Timor Leste se apresentasse com esse patamar, por ser variedade de fora do continente africano e por ser variedade de poucos falantes, entretanto ela se iguala à de Cabo Verde (ambas com 13,3%), superando apenas, em África, a rejeição de Moçambique (10%), de São Tomé e Príncipe (8,9%) e da própria Guiné-Bissau (4,4%).

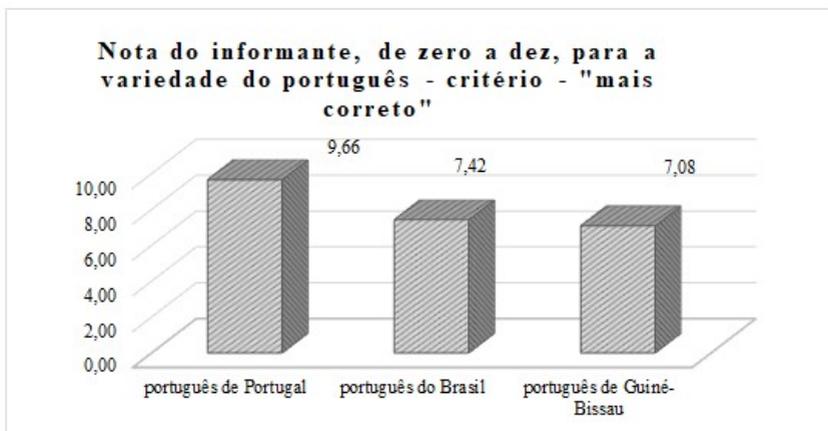
Outra possibilidade para a rejeição do português angolano poderia ser, justamente, por ela ser, entre as demais variedades africanas do português, a mais conhecida em Guiné-Bissau, através das músicas angolanas, novelas e filmes. Sendo a mais acessível entre as outras

variedades africanas do português, seria também mais plausível de ser avaliada negativa/positivamente entre as demais. A variedade de Timor Leste não é conhecida por grande número de falantes guineenses, o que dificultaria a sua avaliação em relação às outras variedades.

Como era de se esperar, pelos resultados das questões anteriores, Brasil e Portugal apresentam variedades de baixa rejeição, pelos motivos já destacados anteriormente.

Na sequência, ainda com o propósito de apresentar uma hierarquia das variedades sob a ótica dos guineenses, exibimos o comparativo entre o português de Portugal, do Brasil e de Guiné-Bissau. As perguntas tinham o objetivo de estabelecer um comparativo por meio de notas que seriam atribuídas pelos informantes, numa gradação de zero a dez, para os critérios “mais correto”, “mais bonito”, “mais preservado” e “mais importante”.

Os resultados para a variedade “mais correta”, que podem ser visualizados no gráfico abaixo, indicam que, ao português de Portugal, foi atribuída a nota média, entre os 50 informantes, de 9,66, superando assim, em grande escala, o português do Brasil, cuja nota média atribuída foi 7,42, e o português de Guiné-Bissau, com média de 7,08.



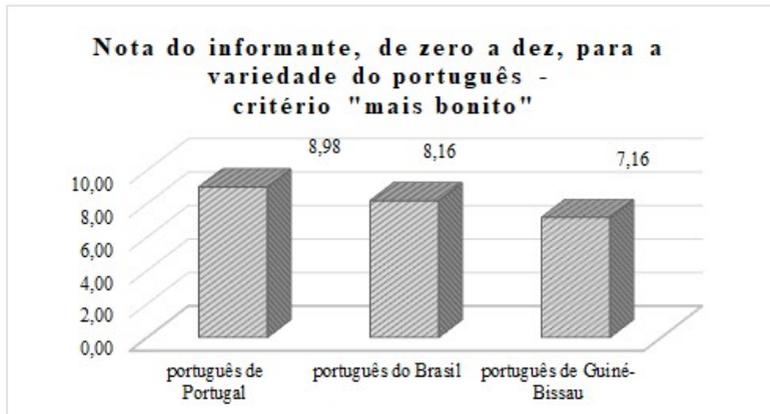
**Gráfico 5:** Notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau, pelo critério “mais correto”

Confirma-se aqui o que já se anunciava previamente pelas questões, ou seja, os informantes estabelecem uma classificação das variedades, na qual a de Portugal ocupa o lugar mais elevado, seguido da variedade do Brasil e, na última posição, a variedade de Guiné-Bissau.

O resultado obtido é mais uma comprovação da nossa hipótese de que os guineenses consideram o português de Portugal uma variedade “mais correta” do que as variedades de outros países, como apontam Silva (2011) e Freitag et. al (2016). Isso faz com que qualquer manifestação linguística em Guiné-Bissau contrária ao português de Portugal seja julgada como “errada”, pois, para os guineenses, somente em Portugal se fala o verdadeiro português, nas outras partes as pessoas “não sabem” falar português. Segundo Bagno (2015, p.37-38), “essas duas opiniões [...] refletem o complexo de inferioridade, o sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais civilizado”.

Vale a pena ressaltar também a valorização dos guineenses à variedade do português do Brasil, o que se verifica por questões um pouco diferentes das verificadas em relação à valorização do português de Portugal. A consideração da variedade brasileira se dá, principalmente, por meio da força que a mídia brasileira tem no país e do ensino voltado ao português brasileiro em alguns espaços acadêmicos, nas igrejas e, principalmente, no centro cultural brasileiro estabelecido em Guiné-Bissau.

Para o critério “mais bonito”, apontado em nosso questionário, os resultados não possuem a larga diferença verificada anteriormente e é notável uma maior aproximação entre o português de Portugal e o português do Brasil, tendo ficado o português de Guiné-Bissau na terceira posição, como se vê a seguir.

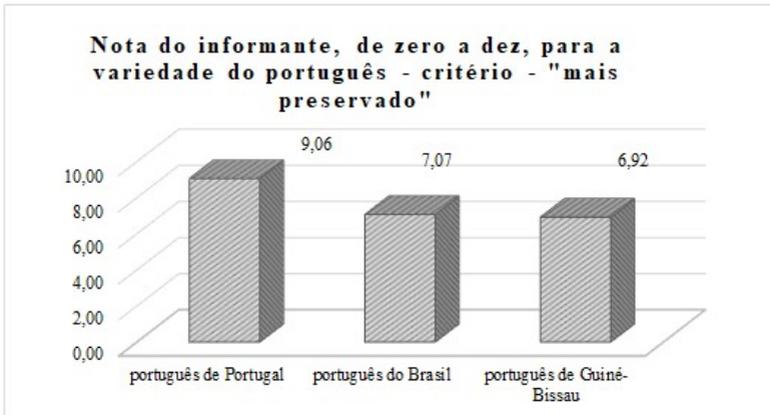


**Gráfico 6:** Notas atribuídas pelos informantes de zero a dez nas variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau para o critério “mais bonito”

Como se observa no gráfico, ao português de Portugal foi atribuída a nota média de 8,98, seguido da variedade do Brasil, com média de 8,16, e de Guiné-Bissau, com 7,16. Como consequência dessa constatação, é possível se observar, na sociedade guineense, a tentativa de reprodução dessas duas variedades, pela insegurança que se sente em usar sua própria variedade, o português guineense (LABOV, 2008, p.86). A prova disso pode ser evidenciada pela diferença de notas dadas à variedade guineense e às variedades de Portugal e do Brasil.

No que diz respeito às notas atribuídas ao português de Portugal e do Brasil nos critérios “mais correto” e “mais bonito”, é importante destacar uma diferença importante. Na avaliação que remete ao critério “mais correto”, pode-se perceber que a avaliação feita recai mais sobre a forma de falar o português que os informantes acham mais correta, mais próxima do padrão normativo, com base num modelo ensinado no país (que se baseia predominantemente no português de Portugal), o que favorece a diferença de notas entre Brasil e Portugal. Já na segunda avaliação, com base no critério “mais bonito”, percebe-se uma avaliação mais subjetiva, na qual os informantes, provavelmente, expõem aquilo que acham a respeito dessas três variedades do português do ponto de vista da sonoridade, da cultura e, neste caso, o contato com a variedade conta, dessa forma, há maior aproximação das notas brasileira e portuguesa.

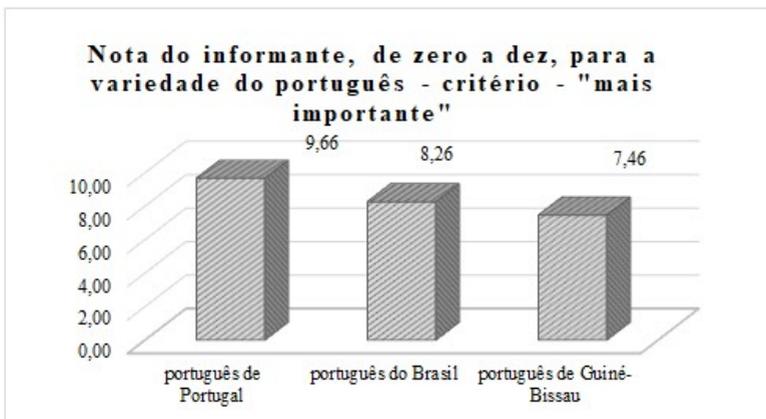
No que concerne ao critério “mais preservado”, próximo a ser analisado, é possível notar, nos resultados, uma comprovação da ideia incutida desde o período colonial na sociedade guineense de que os portugueses falam um português que não sofreu e não sofre alterações com o tempo, um português presente nos grandes clássicos da literatura e nas gramáticas normativas. As notas atribuídas a essas três variedades do português bem nos comprovam esse fato. Os resultados também apontam que o português do Brasil, na segunda posição, é pensado pelos informantes como um português não preservado, o que se verifica pela maior distância entre as médias portuguesa e brasileira quando preservação é o critério. O português guineense também recebeu nota mais baixa para o critério “mais preservado”, como se vê no gráfico a seguir.



**Gráfico 7:** Notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no critério “mais preservado”

Os resultados indicam a nota média de 9,06 dada ao português de Portugal, 7,0 ao português do Brasil e 6,92 ao português de Guiné-Bissau. Esses resultados revelam uma visão predominante no país, que aponta o português de Portugal como um modelo a ser seguido, como um padrão de língua ideal. Tanto a variedade brasileira como a guineense, por se distanciarem mais da prescrição normativa, são apontadas como “menos preservadas”.

Em relação ao próximo critério considerado, “mais importante”, os resultados também apontam o português de Portugal com as maiores médias, comprovando a razão da sua valorização em Guiné-Bissau. Indicam também a valorização do português brasileiro, fato que nos comprova que ele está a ganhar o espaço na sociedade guineense de uma forma rápida, como se segue no gráfico.



**Gráfico 8:** Notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau, para o critério “mais importante”

Como vemos, para o critério “mais importante”, o português de Portugal apresentou a média de 9,66, contra 8,26 do Brasil e 7,46 da Guiné-Bissau.

Em nosso entendimento, com base nos resultados para os quatro critérios avaliados, há avaliações distintas em relação ao português de Portugal e do Brasil. O prestígio da variedade europeia em solo guineense advém da tradição, história e relação entre os países, por outro lado, o ganho de prestígio da variedade brasileira se relaciona a questões atuais, como ascensão política e econômica e aumento populacional brasileiro.

O apontamento da variedade europeia em primeiro lugar em todos os critérios considerados confirma o que Lucchesi (2008) denomina de subserviência linguística, que se evidencia pela submissão cultural e ideológica, com desprezo da própria cultura nacional e popular, e valorização excessiva do padrão normativo, completamente estranho à realidade linguística local.

Após a hierarquização das línguas e das variedades do português, apresentamos, a seguir, questões mais específicas, destinadas a apontar mais detalhes sobre os diferentes sentimentos dos informantes em relação à língua portuguesa.

A questão a seguir versava sobre o sentimento de pertencimento da língua portuguesa, uma pergunta com o objetivo de certificar, por meio dos nossos informantes, o país/povo que pensa ser o dono da língua portuguesa, independentemente de ela ser falada em diferentes partes do mundo.

Os resultados majoritariamente apontam que o português é considerado como pertencente aos portugueses e é clara a larga diferença dessa escolha pelos nossos informantes. Com base nos resultados, é possível averiguar também uma pequena indicação do português como pertencente a todos os seus falantes. Há a indicação também dos brasileiros como donos da língua, seguida da indicação dos africanos lusófonos, como nos ilustra o gráfico que se segue.

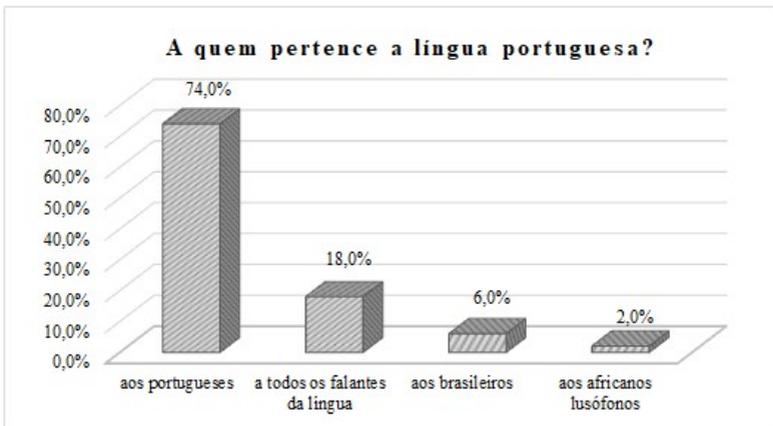


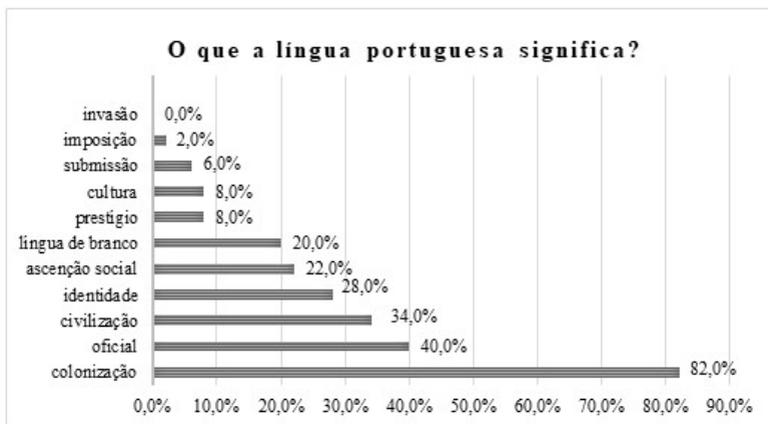
Gráfico 9: A indicação sobre a quem pertence a língua portuguesa

É possível notar que 74% dos informantes apontam os portugueses como “donos” da língua portuguesa, 18,0% apontam a língua portuguesa como pertencente a todos os seus falantes, 6% apontam os brasileiros e apenas 2,0% apontam os africanos lusófonos. Diante desse resultado, podemos afirmar que a hipótese levantada por nós no início da pesquisa de que os guineenses, em sua maioria, possuem sentimento de que o português não lhes pertence foi confirmada.

Não deixa de ser contraditório, contudo, o fato de haver, por parte dos informantes, o destaque da importância do português de Portugal em Guiné-Bissau e, posteriormente, haver o apontamento por quase 75% dos informantes de que essa língua não lhes pertence.

O último questionamento, que versa sobre o que o português significa aos guineenses e à Guiné-Bissau, tem o objetivo de averiguar, por um lado, a razão de ele ser apontada como a melhor língua para se falar em Guiné-Bissau, em detrimento das outras línguas, inclusive o guineense e as línguas étnicas e, por outro lado, averiguar qual seria o sentimento dos guineenses em relação à essa língua e, conseqüentemente, à nação e ao povo que a trouxe consigo.

Os resultados revelam, predominantemente, que o português seria uma “herança colonial”, uma “língua dos brancos”, “da submissão” e “da imposição” ao povo guineense e à Guiné-Bissau, indicam também que as razões para ela ser considerada pelos informantes como importante ao país seria por conta de seu caráter de “língua oficial”, da “civilização”, da “identidade”, da “ascensão social”, do “prestígio” e da “cultura” (não a cultura local, mas a reconhecida internacionalmente), como se observa no gráfico que se segue.<sup>68</sup>



**Gráfico 10:** A indicação dos nossos informantes sobre o que a língua portuguesa significa ao povo guineense e a Guiné-Bissau

<sup>68</sup> Vale ressaltar que os informantes poderiam selecionar mais de uma alternativa para a questão.

Como podemos observar, a quantidade de informantes que aponta que a língua portuguesa significa a eles e à Guiné-Bissau a colonização é bastante expressiva (82%, ou seja, 41 informantes, dos 50). Quanto ao apontamento de que é língua oficial, 40% dos nossos informantes reforçam este estatuto, por isso, somente ela é empregada nos assuntos oficiais no país, como apontam Namone e Timbane (2017, p. 43). Embora falada por pequeno número da população, ela é a língua que serve aos guineenses de comunicação internacional com povos de outras partes do mundo e com o universo das técnicas, como afirma Cabral (SCANTAMBURLO, 1999, p.63).

Temos ainda 34% dos informantes que apontaram que a língua portuguesa significa a eles e a Guiné-Bissau a civilização, e 22%, a ascensão social. Por possuir caráter de língua oficial, utilizada no ensino acadêmico, administração do país, nos programas midiáticos de caráter oficial e na tecnologia, a língua portuguesa é representada como sinônimo de civilização e ascensão social para aqueles que a falam no território guineense (ZAU, 2015, p.2; PETTER, 2015, p.218).

Quanto à língua como identidade, 28% dos informantes apontaram que o português significa a eles e à Guiné-Bissau a identidade. Labov (2008, p.57) e Bagno (2008, p.188) afirmam que quando falamos, estamos também afirmando quem somos, a que lugar pertencemos. No contexto da Guiné-Bissau, a considerar o prestígio da língua portuguesa no “mercado linguístico” local, do ponto de vista da ascensão social e do status social, seria positiva a identificação com outras nações de língua portuguesa, por isso seria certo afirmar que a língua portuguesa para os guineenses serve como identidade, levando em conta o processo histórico dessa língua no território.

Interessante, contudo, notar o contraste entre a indicação do termo “identidade” e a indicação, por parte de 20% dos informantes, da incômoda expressão “língua de branco”. Desse modo, a língua portuguesa é tida também em Guiné-Bissau como língua que não pertence àquele povo, como já apontado, uma língua que os brancos portugueses levaram ao território guineense (BARROS, 1907, apud BULL, 1989, p.45).

Como podemos notar, são muitas as avaliações dos guineenses em relação à língua portuguesa, entretanto destacam-se apontamentos de natureza negativa, como, por exemplo, “colonização”, “língua de branco” e “submissão”. Outros de natureza mais próxima da neutralidade, como “oficial”, “civilização”, “ascensão social”, “prestígio” e “cultura”, mas que revelam também a visão da língua como necessária, ainda que não

totalmente integrada àquele povo. As avaliações que poderiam tender a positivas, como “língua de cultura” ou de “identidade”, da mesma forma, podem revelar, em nosso entendimento, a necessidade de negação por parte dos guineenses, de sua própria identidade e cultura, para a integração a uma identidade e cultura de maior valorização nacional e, principalmente, internacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguamos, nessa pesquisa, que as línguas em contato em Guiné-Bissau se estabelecem de uma forma hierárquica, tendo em conta os “pesos e valores” que cada uma tem na sociedade guineense. Nessa classificação, o português ocupa o lugar mais importante, por seu estatuto de língua oficial e por sua importância internacional, seguido do guineense, por ser a língua de unidade nacional entre povos de diferentes grupos étnicos. As línguas africanas ou étnicas ficam abaixo na classificação, porque possuem um caráter comunicativo restrito a cada grupo étnico.

Durante a aplicação dos questionários, constatamos que aprender a falar línguas internacionais (muitas delas são línguas oficiais nos países africanos), principalmente o português, significa aos guineenses, de certa forma, obter enormes oportunidades, como a ascensão social, acesso à educação e ao mercado de trabalho, dentre outras.

Percebe-se também que o prestígio dado às línguas em contato em Guiné-Bissau não condiz com a realidade linguística dos falantes guineenses, haja vista os guineenses não apresentarem pleno domínio da língua portuguesa em sua modalidade escrita e oral, como já apontara Cá (2017).

Há uma atitude negativa dos falantes guineenses em relação às línguas étnicas e ao guineense, o que poderia ser explicado pela política linguística adotada pelo governo guineense, que privilegia as línguas coloniais, em detrimento das línguas nacionais. Abaixo a ilustração do continuum de avaliação do prestígio dessas diferentes línguas presentes no território guineense, com base nos resultados do questionário:

Continuum de avaliação das línguas presentes em Guiné-Bissau		
Línguas étnicas	Guineense	Português
		
- Prestígio		+ prestígio

Quadro 1: Continuum de avaliação das línguas de Guiné-Bissau

Averiguamos também que há uma estrutura hierarquizada no que tange às variedades do português. As variedades do português de Portugal e do Brasil possuem mais prestígio do que as variedades do português da Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Angola e Timor Leste.

O prestígio dado ao português de Portugal advém, principalmente, de sua presença no ensino das escolas guineenses e, ainda, pelo reflexo colonial, transmitido, inconscientemente, de geração a geração. O prestígio do português do Brasil tem suas justificativas nos investimentos que o governo brasileiro faz nos países parceiros, aos sucessos das novelas e outros programas midiáticos e, ainda, à ascensão econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos. Segue o quadro que ilustra o continuum de prestígio das variedades de língua portuguesa com base na avaliação dos informantes guineenses:

Continuum de avaliação das variedades de língua portuguesa em Guiné-Bissau		
Português de Guiné-Bissau	Português do Brasil	Português de Portugal
→		
- Prestígio		+ prestígio

**Quadro 2:** Continuum de avaliação das variedades de língua portuguesa em Guiné-Bissau

A política linguística e ações dos indivíduos na sociedade guineense devem se voltar mais às línguas enquanto instrumentos de interação social, pois só assim se pode dar o devido valor a qualquer língua que compõe o “caldeirão linguístico guineense”, no qual cada falante tende a valorizar a língua que fala, assim como a sua variedade linguística. Também seria importante ampliar as oportunidades para que outras línguas possam se tornar oficiais e alcançar o prestígio a ponto de incentivar seus falantes a se orgulharem das línguas que falam e suas formas diferentes de a/as falar, pois só assim se pode ter uma relação harmoniosa em um contexto multilíngue como o da Guiné-Bissau.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. S. S. Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil. In: *Graphos*. João Pessoa, Vol 12, 2010, p. 35-51. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/10907/6112>. Acesso em 5 de agosto de 2018.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é como se faz*. 56ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A língua de Eulália: Novela Sociológica*. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996.
- BRAGA, A.; CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; MINDLIN, B. Línguas entrelaçadas: uma situação sui generis de línguas em contato. In: *Papia* 21(2), 2011, p. 221-230. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=L%C3%8DNGUAS+ENTRELA%C3%87ADAS%3A+UMA+SITUA%C3%87%C3%83O+SUI+GENERIS+DE+L%C3%8DNGUAS+EM+CONTATO&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=L%C3%8DNGUAS+ENTRELA%C3%87ADAS%3A+UMA+SITUA%C3%87%C3%83O+SUI+GENERIS+DE+L%C3%8DNGUAS+EM+CONTATO&btnG=). Acesso em 22 de julho de 2018.
- BULL, B. P. *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*. 1ª ed., Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989.
- CÁ, I. N. *Entre o real e o ideal: uma análise contrastiva entre o material didático e as necessidades dos estudantes no ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau*. Monografia. Curso de Letras - Língua Portuguesa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Redenção, 2017.
- CÁ, V. J. B. *Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau*. Belo Horizonte: 2015.
- CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n. (58.1), jan./abr. 2019, p. 389-421.
- CALVET, L. J. Nas origens da política linguística. In: CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007. Cap. 1. p. 11-36.

- CASTRO, Y. P. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- COELHO, I. L.; GORSKI, E. M.; SOUSA, C. M. N.; MAY, G. H. *Para conhecer a sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DEWULF, J. E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística. In: RIO-TORTO, G. M.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: 2015. P. 305-312.
- FIORIN, J. L.; PETTER, M. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2014.
- FREIRE, J. B. *Variação, estilo, atitude e percepção linguística: o caso das laterais /k/ e /l/ no falar paraibano*. 2016. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- FREITAG, M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. In: *Todas as Letras*. São Paulo: v. 18, n. 2, 2016, p. 64-84.
- INTUMBO, I. *Crioulo guineense, balanta e português: estudo comparativo do sintagma verbal*. Coimbra. 2006. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/Crioulo%20guineense.pdf>  
Acesso em 02/10/2018.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUCCHESI, D. *Africanos, crioulo e a língua portuguesa*. 2008. Disponível em:  
<http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf>  
Acesso em 25 de julho de 2018.
- LUCCHESI, D. Crioulística. In: MOLLIKA, M. C.; FERRAREZI JR, C. *Sociolinguística, Sociolinguísticas*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 73-85.
- NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. In: *Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE*, v. 01, n. 01, 2017, p. 39-57.
- NGUNGA, A.; BAVO, N. N. *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. 2011. Disponível em: <http://www.site.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armando%20Pr%C3%A1ticas%20lingu%C3%ADsticas%20em%20Mo%C3>

%A7ambique-%20PORTUGUES.pdf Acesso em 5 de setembro de 2018.

- PETTER, M. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PETTER, M. M. T. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. In: *Papia*, 2007, p. 9-19. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2029>. Acesso em 22 de julho de 2018.
- SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. In: *Gragoatá*. Niterói, n.32, 2012, p. 11-27. Disponível em: <http://gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/113> Acesso em 27/09/2018.
- SCANTAMBURLO, L. *Dicionário do Guineense*: vol. I: Introdução e notas gramaticais. Lisboa: Colibri / FASPEBI, 1999.
- SEMEDO, O. C. *Entre o ser e o amar*. Bissau: INEP, 1996.
- SILVA, A. *Relação entre línguas: diferentes modos de dizer o português brasileiro*. São Carlos: UFSCar, 2011.
- SILVA, M. N. F. Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo parkatêjê. In: *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces* n. 40, 2010, p. 239-247. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/40/artigo12.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2018.
- ZAU, F. A língua portuguesa e a indispensável cooperação com outras línguas de convívio. In: CRISTINA, M. S.; MOURA, S. *Novos desafios para o ensino superior após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): XXV Encontro Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. 2015, p. 135-138.

Recebido em: 26/02/2019

Aceito em: 04/04/2019